

**ILMA. SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE TUBARÃO (SC)**

PROSUD CONSTRUTORA EIRELI, ("PROSUD") pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob n. 23.081.206/0001-89, com endereço na Rua Laura Cavalcante, n. 59, bairro São João ME, Tubarão (SC), em relação à **TOMADA DE PREÇOS N. 05/2019**, em face da Notificação recebida desta Comissão Permanente de Licitação ("CPL"), vem apresentar a manifestação que adiante segue.

**1. CONSIDERAÇÃO PRELIMINAR: EXEQUIBILIDADE E CRITÉRIOS DE
ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

Após ter recebido a notificação originada desta Comissão Permanente de Licitação ("CPL"), a PROSUD passou a coletar elementos que permitissem comprovação documental.

Inicialmente, observa-se que o Edital ao tratar da inexequibilidade dos preços adotou a sistemática prevista no art. 48, §1º, da LLic.

Consta do Edital:

5.3 Serão desclassificadas as Propostas Comerciais que:



(...)

5.3.4 *Forem manifestamente inexequíveis, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 48 da Lei no 8.666/93, com as alterações promovidas pelas Leis nos 8.883/94 e 9.648/98.*

Afora isto, não há qualquer outra regra que trate da inexequibilidade de preços.

Neste ponto, nota-se que o objeto da notificação recebida pela PROSUD foi no sentido de demonstrar a exequibilidade sob o enfoque da norma legal acima citada. Isto porque, segundo constou do recurso apresentado pela licitante Estruturar Construção Civil Ltda.– motivador da diligência formalizada pela CPL -, alguns itens da proposta estariam com valor inferior ao previsto no art. 48, §1º, da LLic. Desta forma, a discussão acerca da exequibilidade da proposta tem essa delimitação.

Por outro lado, considerando que o Recurso fez menção ao item 5.3.3 (*“Apresentarem preços unitários excessivos e/ou em desacordo com o valor de mercado”*), a PROSUD, por ato de absoluta cautela e como forma de corroborar a correção de sua proposta, apresentará considerações pertinentes aos valores unitários.

Importante constar que o Edital não dispôs de forma precisa acerca dos critérios de aceitabilidade de preços, fazendo menção apenas a *valores excessivos* (do que se deduz que sejam aqueles superiores ao preço máximo fixado) e aqueles em desacordo com os *valores de mercado*. Sobre este último, o Edital não forneceu parâmetros mínimos sobre a forma de aferição, bem como quais seriam os instrumentos idôneos para eventual demonstração da exequibilidade.

Por certo, a opção da Administração não pode significar prejuízo ao licitante, de, nesta fase, ver lhe ser imposto requisito ou nível de exigência que não era do seu conhecimento.

Mas há um outro aspecto que merece menção.

Considerando o exíguo prazo fixado para a comprovação da exequibilidade da proposta, foi necessário estabelecer um critério para cumprimento da notificação recebida.



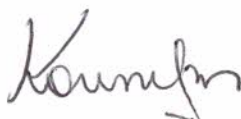
Levando-se em conta que, tanto o orçamento quanto a proposta, possuem 223 (duzentos e vinte e três) itens para valores unitários e que seria inviável apresentar comprovação documental de todos no prazo fixado, foi necessário estabelecer um critério que conjugasse o tempo disponível e a formação de um conjunto de subsídios efetivos que permitisse uma análise adequada. Assim, diante da ausência de disciplina específica no Edital e de parâmetros na própria Notificação desta CPL, a PROSUD entendeu ser viável a demonstração dos itens de maior relevância, assim entendidos com aqueles que seu valor total representasse mais de 1,5% do valor total da Proposta.

Para a comprovação fez-se uso de orçamentos e de contratos que a PROSUD já executou em passado recente. Sobre estes últimos, ressalta-se que a jurisprudência tem admitido sua utilização como prova da exequibilidade. Como já decidiu o Superior Tribunal de Justiça ao apreciar o RMS 11.044/RJ, da relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros (1ª Turma, DJ de 4.6.2001), *"se a licitante vitoriosa cumpriu integralmente o contrato objeto de licitação, afasta-se logicamente a imputação de que sua proposta era inexecutável"*. Logo, os contratos apresentados são prova inconteste da regularidade dos preços relacionados à respectiva contratação, quer porque traduzem a realidade de mercado, quer porque demonstram sua consequente exequibilidade.

Caso esta CPL entenda que o critério deva ser outro ou que a forma de comprovação seja diversa, mostra-se imperioso facultar à PROSUD a comprovação da exequibilidade segundo os critérios que vierem a ser informados de modo efetivo e superveniente.

Tal providência se mostra importante não apenas para afastar eventual nulidade, mas por conta de que, segundo já decidiu o Tribunal de Contas da União, em julgamento do qual decorreu o Acórdão n. 3.092/2014, *"A desclassificação da proposta por inexecutabilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados"*.

Por último, importante constar que a proposta da PROSUD é vantajosa para a Administração, pois contempla valor menor que o orçado, significando verdadeira economia de recursos para o Poder Público.



Passa-se, assim, a tratar dos motivos que confirmam a exequibilidade da proposta.

2. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA: LLIC, ART. 48, §1º

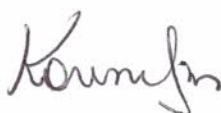
Como tratado acima, o único critério para aferir a exequibilidade das propostas é aquele previsto no §1º do art. 48 da LLic.

A PROSUD acredita que a diligência por parte da CPL decorreu da alegação constante do recurso manejado pela licitante Estruturar Construção Civil Ltda. Ocorre que, segundo constou das contrarrazões apresentadas, a afirmação desta empresa, de que haveria itens em patamar inferior ao que dispõe o art. 48, §1º, da LLic é equivocada.

Segundo este dispositivo, as propostas serão desclassificadas se nela constarem preços inexequíveis, assim definidos na forma do §1º, como aquelas “[...] *cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou b) valor orçado pela administração*”.

Aqui cabe uma observação: **em nenhum momento, o Edital prevê que a aferição da exequibilidade de preços se dê por item.**

Na verdade, considerando que a licitação é realizada sob regime de empreitada por preço global e que o tipo de licitação é o menor preço global, a aferição, na forma do dispositivo legal acima citado, por evidente, deve pautar-se pelos valores totais das propostas e não na forma como, ao que parece, pretendeu a Recorrente. Tanto é que o Edital, em seu item 5.3.4, previu que seriam desclassificadas as propostas que “[...] *Forem manifestamente inexequíveis, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 48 da Lei no 8.666/93, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98*”. Com efeito, ao fazer referência à norma geral, a inexequibilidade é aferida na forma como consta do texto legal, sem qualquer possibilidade de interpretação diversa. As variáveis a serem analisadas, portanto, são as propostas em seu preço global.



Nesta linha, verifica-se que o valor orçado pela Administração foi de **R\$ 2.877.236,90**, ao passo que a média aritmética das propostas originais foi de **R\$ 2.364.194,72**. Assim, a proposta da Recorrida, em relação ao menor daqueles parâmetros (média aritmética) alcança **88,07%**.

Caso se considere a proposta da Recorrida ajustada após a fase de lances, a média aritmética seria **R\$ 2.352.320,32** e, o percentual, de **85,49%**.

Abaixo, consta demonstrativo desses valores.

Comparativo dos valores globais das propostas:	
Primeira Proposta Prosud	R\$ 2.082.246,36
Estruturar Construção Civil	R\$ 2.011.116,47
Sanero Construções	R\$ 2.414.845,92
Construtora Cidade Azul	R\$ 2.627.284,02
L Construções	R\$ 2.638.985,20
Construhab Construtora	R\$ 2.410.690,33
Média Aritmética das propostas acima de 50% do estimado:	R\$ 2.364.194,72
Percentual do valor global da prim. proposta Prosud rel. á média:	88,07%
Segunda proposta Prosud	R\$ 2.011.000,00
Média Aritmética das propostas acima de 50% do estimado:	R\$ 2.352.320,32
Percentual do valor global da seg. proposta Prosud rel. á média:	85,49%

Desta forma, a proposta, sob a ótica do art. 48, §1º, da LLic, que é o único parâmetro para balizar a decisão desta CPL, está absolutamente regular.

A discussão comporta ainda uma abordagem sob outro viés.

Segundo Marçal Justen Filho, "*como é vedado licitação de preço-base, não pode admitir-se que 70% do preço orçado seja o limite absoluto de validade das propostas. Tem de reputar-se, também por isso, que o licitante cuja proposta for inferior ao limite do § 1º disporá da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta. Haverá uma inversão do ônus da prova, no sentido de que se presume inexecúvel a proposta de valor inferior, cabendo ao licitante o encargo de provar o oposto*" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 610).



Se a proposta com valor inferior a 70% do parâmetro aplicável é presumidamente inexequível, por decorrência lógica, aquelas que estão acima de tal patamar também ostentam presunção, só que de exequibilidade. Por conseguinte, cabe à Administração demonstrar que a proposta, nestas condições, é inexequível. O ônus, portanto, é seu.

Tal assertiva fundamenta-se, dentre outros, no entendimento adotado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região n. MAS 431 PE 89.05.08722-1, Relator Des. Federal Hugo Machado (1ª Turma. 08/11/1989), que assim decidiu:

*Administrativo. Licitação. Menor Preço e proposta mais vantajosa. Proposta mais vantajosa e aquela de menor preço, salvo critérios explícitos e objetivos de avaliação fixados no edital respectivo. **O ônus de demonstrar que a proposta de menor preço não é a mais vantajosa é da Administração.** Apelação Provida.*

A exequibilidade, de fato, é inconteste, tanto que se o valor final ofertado pela PROSUD, de R\$ 2.011.000,00, for confrontado com o valor do orçamento, de R\$ 2.892.008,84, a proposta representa praticamente 70% (69,54%) do valor orçado. Ou seja, mesmo se for adotado um parâmetro maior, que não é aquele aplicável ao caso na forma do art. 48, §1º, da LLic, ainda assim, a proposta atenderia ao critério de exequibilidade.

Afora isto, mesmo que contrariando a regra legal e o disposto no edital, se viesse a considerar uma eventual aferição por item, também nesta hipótese, todos os quantitativos possuem valor superior à média aritmética de cada item, conforme consta em anexo.

3. DISCUSSÃO SOBRE ITENS RELEVANTES NA PROPOSTA DE PREÇO DA PROSUD

3.1. Consideração preliminar:



Afora as considerações constantes do item 1, necessário esclarecer que, para fins de comprovação, a PROSUD tomou como parâmetro o custo unitário total para aqueles itens que possuem mão-de-obra e materiais. Isto porque, na execução eles serão tratados de forma conjunta, pois a Administração não poderá, por exemplo, suprimir o material referente às estruturas de alvenaria, deixando apenas a mão-de-obra. De igual modo, caso seja necessário eventual modificação dos quantitativos, será inviável a modificação apenas do material ou do serviço, já que a consecução do item, como se disse há pouco, depende de ambos.

Mais uma vez, a PROSUD reafirma a necessidade de que, caso a CPL assim entenda, que se informe e oportunize nova manifestação, considerando os critérios que vierem a ser externados.


Por último, importante constar que, se por hipótese, houver incorreção em algum item da proposta, é absolutamente viável e necessário oportunizar à PROSUD a devida correção, mantendo-se o valor, por certo, o valor global. Tal possibilidade é amplamente admitida, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, exemplificativamente no Acórdão 1.811/2014, cuja conclusão foi no sentido de que o *“Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado”*.

Por último, mesmo que houvesse algum preço unitário eventualmente abaixo do valor de mercado, também por hipótese, os desdobramentos de tal equívoco constituem álea ordinária, cujo risco é alocado ao contratado. Logo, não haveria possibilidade de posterior pleito de revisão dos valores ofertados, tampouco se poderia suscitar a não execução do objeto, para aquele item, por conta de que os preços estariam em valores diminutos.

3.2. Análise específica dos itens da proposta:

(i) 1.5. Demolição de contra piso concreto 8cm:

O valor da Proposta foi de R\$ 15,82.



Conforme documento anexo, Contrato n. 10/2019 (Tomada de Preços 01/2019), a PROSUD foi contratada pelo próprio Município de Tubarão para revitalização de unidade escolar.

Neste contrato, o valor unitário da demolição, no ano de R\$ 12,22, conforme reprodução abaixo

1.3	Demolição de calçada e passeios com 0,6 cm	m ²	152,00	12,22
-----	--	----------------	--------	-------

Além disto, a PROSUD executou o objeto referente à Tomada de Preços 01/2018 FMS, do Município de Capivari de Baixo, em anexo, em que o preço unitário para a demolição foi de R\$ 12,77.

Logo, tem-se a demonstração de exequibilidade e de compatibilidade com os preços praticados no mercado local.

(ii) 2.5. Concreto armado em estrutura - 25Mpa (convencional) e 2.6. Concreto armado em estrutura - 25Mpa (vergas, contravergas):

Neste item, o valor da proposta foi de R\$ 1.047,90.

Na planilha de orçamento, assim constava:

Item	Serviço	Unid.	Qtd.	Unit. Total
2.5	Concreto armado em estrutura - 25Mpa (convencional)	m ³	23,74	2.054,70
2.6	Concreto armado em estrutura - 25Mpa (vergas, contravergas)	m ³	7,50	2.054,70

O item em referência é composto por:

- Concreto;
- Armadura;
- Fôrmas.

Adotando-se a proporcionalidade de quantidade de fôrmas da licitação de modalidade Tomada de Preços nº 01/2019 da Fundação Municipal de Saúde de Tubarão, tendo em vista a inexistência de projeto estrutural na licitação em tela, compõe-se o custo de cada item da seguinte forma:



Item	Serviço	Unid.	Qtd.	Unit. Total
2.2.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MAIOR QUE 0,25 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	m²	93,64	45,55
2.2.3	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	m³	9,36	450,41
2.2.4	ARMACAO ACO CA-50 P/1,0M3 DE CONCRETO	un.	9,36	577,15
3.6	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015 (SINAPI 92971 - JUN/19)	kg	177,45	7,26

Orçamento proposto pela Prosud na Tomada de Preços nº 01/2019 da Fundação Municipal de Saúde de Tubarão. Todos os itens possuem mão de obra e BDI inclusos.

Como se pode constatar, há uma média de 10m² de fôrmas e 19 kg armadura CA-60 por metro cúbico de concreto, restando a seguinte composição:

- Fôrmas: 10 m² x R\$ 45,55 = R\$ 455,50
- Concreto: R\$ 450,41
- Armadura CA-50: R\$ 577,15
- Armadura CA-60: 18,96 kg x R\$ 7,26 = 137,65

Nesta linha, o valor total por metro cúbico de concreto armado seria de R\$ 1.620,71, que é menor que o valor orçado e está compatível com a proposta da proposta da PROSUD

(iii) 3.4. Janela de alumínio anodizado (basculante); 3.5. Janela de alumínio anodizado (correr); 3.6. Janela de alumínio anodizado (maxi-ar); 3.7. Janela de alumínio anodizado (abrir/veneziana); 3.8 Janela de alumínio anodizado (fixa); 3.9. Vidro Temperado; 3.10. Porta de Vidro Temperado 10mm Liso c/ Ferragens Colocado; (v) 3.11. Vidro transparente 4mm colocado;

Os itens em questão, por serem executados por um mesmo fornecedor, possibilitam a comprovação da exequibilidade de forma conjunta, até porque, a



unicidade do fornecedor é um elemento que contribui para que o preço da proposta seja exequível.

Segundo consta do orçamento anexo, emitido pela empresa Aluminium Esquadrias e Vidros Temperados Ltda., o valor total seria de R\$ R\$ 94.830,00, ao passo que o valor da proposta foi, para estes mesmos itens, de R\$ 129.402,26.

Considerando o BDI, a ser acrescido ao orçamento apresentado, o valor destes itens está de acordo com o preço de mercado.

(iv) Estrutura Metálica c/ Antiferruginosa e Montagem (reforço aberturas sola:

Em relação a este item, cujo valor da proposta foi de R\$ 44.273,16, também se constata sua exequibilidade.

Segundo orçamento anexo, elaborado pela empresa ProFerro Soluções Metálicas, o valor para fins de execução da estrutura seria de R\$34.600,00, sem BDI.

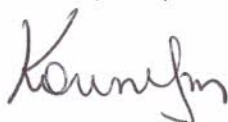
Desta forma, o valor da proposta está em consonância com o de mercado.

(v) 4.1. Cobertura C/ Telha aço zincado Termica tipo sand./pré-pintada:

A demonstração de exequibilidade deste item é aferida com o valor da mão de obra e dos acessórios com base na Tabela SINAPI, tomando-se com referência fevereiro de 2020 e acrescentando-se o valor do material.

94216	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, IN	M2				
	CLUSO LOCUSTO. AF 07/2019					
11029	MASTE RETA PARA GANCHO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA 1/4 " X 50 CM VARA	CJ	CR	4,1500000	1,20	4,98
	FIXAÇÃO DE TELHA METÁLICA, INCLUI PORCA E ARRUELAS DE VEDACAO					
42172	TELHA GALVALUME COM ISOLAMENTO TERMOACUSTICO EM ESPUMA RIGIDA DE POLIURETA M2	AS		1,1460000	139,50	159,86
	NO (FU) INJETADO, ESPESSURA DE 30 MM, DENSIDADE DE 35 KG/M3, COM DUAS FASE					
	S TRAPEZOIDAIS, ACABAMENTO NATURAL (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO) (COL					
	ESTADO CAIXA)					
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	C	0,0620000	17,09	1,05
88323	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	CR	0,0560000	26,16	1,46
93281	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁ	CHP	AS	0,0009000	23,56	0,02
	SICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF 03/2016					
93282	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁ	CHI	AS	0,0012000	22,73	0,02
	SICO DE 1,25 CV - CHI DIURNO. AF 03/2016					
	MATERIAL	:		165,16	98,6673042	%
	MÃO DE OBRA	:		2,23	1,3326958	%
	TOTAL COMPOSIÇÃO	:		167,39	100,0000000	% - ORIGEM DE PREÇO: AS

A partir desses parâmetros, chega-se a um custo unitário final de R\$ 126,51, com BDI. Se considerado o preço de mercado, conforme orçamento anexo, o mesmo valor seria de R\$ 126,68.



Em ambas as hipóteses, o valor pesquisado é inferior ao apresentado na proposta da PROSUD, no caso, R\$ 137,38.

(vi) 4.2. Estrutura metálica 2 águas vão ate 15m /tratada colocada:

Em relação a este item, sua exequibilidade é demonstrada por meio do orçamento em anexo, elaborado pela empresa ProFerro Soluções Metálicas, que expressa o valor de mercado.

Partindo do referido valor, e considerando o BDI fixado na proposta, tem-se como valor final R\$ 145,17 por metro quadrado.

Novamente, verifica-se que a proposta da PROSUD contempla valor superior, indicando, portanto, que o item possui valor correto.

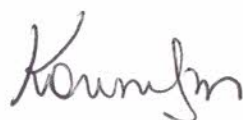
(vii) 5.2. Forro de PVC com estrutura metálica:

A PROSUD executou item similar por conta do Contrato n. 10/2019 (Tomada de Preços n. 01/2019), no qual figurava como contratante a Fundação Municipal de Educação de Tubarão. Neste, o valor do *forro de pvc*, foi fixado na respectiva proposta em R\$ 52,97. Isto, evidencia que o preço constante da proposta apresentada nesta licitação, de R\$ 59,17, é perfeitamente exequível.

Corroborando a afirmação acima, constata-se que a PROSUD executou outro contrato firmado com a Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão (Contrato n. 046/2018/ADRTB; Concorrência n. 015/2017), em que o valor deste item igualmente foi inferior ao da proposta atual, no caso, R\$ 48,72.

(viii) 5.4. Massa única 15mm-argamassa regular ca-ar 1:5+20%ci:

Em relação ao item 5.4, massa úmida, a comprovação de exequibilidade se dá pelo mesmo contrato informado no item anterior. Naquele, o valor unitário foi de R\$ 13,20, que é inferior ao adotado para esta licitação, que foi de R\$ 18,93.



Além disso, tem-se também o Contrato n. 041/2028 (Tomada de Preços n. 01/2018/FMS), com o Município de Capivari de baixo, cujo item foi fixado no valor de R\$ 17,37, também inferior ao da proposta desta licitação.

(ix) 5.5. Pintura epoxi 2 demaos/ massa:

A PROSUD formalizou contrato com o Município de Capivari de baixo, referente à Tomada de Preços n. 01/2018/FMS. Neste o valor referente à pintura epóxi foi de R\$ 40,54, abaixo, portanto, do valor considerado para esta licitação, que foi de R\$ 43,63.

(x) 5.9 Pintura acrílica - 2 demaos (muros extremas); 5.10. Pintura acrílica - 2 demaos (externa); 5.11. Pintura acrílica - 2 demaos (interna):

Os itens acima, que podem ser analisados de forma conjunta, também integram o conjunto de serviços inseridos no objeto do Contrato n. 10/2019 (Tomada de Preços n. 01/2019), formalizado com a Fundação Municipal de Educação de Tubarão. Naquela contratação, o valor unitário da pintura foi de R\$ 16,99.

Consta também contrato firmado com a Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Contrato n. 046/2018/ADRTB (Concorrência n. 015/2027), em que o valor da pintura foi de R\$ 15,48.

Ao analisar a proposta da PROSUD para esta licitação, constata-se que o preço é superior, R\$ 18,97, evidenciando a exequibilidade deste.

(xi) 5.15. Porcelanato PEI-5/ argamassa colante AC II:

Conforme documento anexo, a PROSUD formalizou contrato com a Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Contrato de Obras e Serviços n. 34/2017 (Tomada de Preços n. 058/2017). Para este contrato, que também foi devidamente executado, o valor do piso porcelanato foi de R\$ 60,60.



Tal valor é compatível com o ofertado na presente licitação, que foi de R\$ 62,25.

(xii) 6.1. Piso ceramico Extra antiderrapante PEI-5 c/Argamassa 1:4/2cm:

Este item estava incluso no objeto do Contrato com o Município de Capivari de baixo, referente à Tomada de Preços n. 01/2018/FMS (Contrato n. 041/2028), com o valor de R\$ 41,64.

A PROSUD também executou, para a Fundação Municipal de Saúde de Tubarão, o já mencionado Contrato n. 10/2019 (Tomada de Preços n. 01/2019), cujo item foi valorado em R\$ 41,08

Comparando-se com o valor referente a esta licitação, R\$ 56,94, verifica-se que o preço unitário em questão se mostra exequível.

(xiii) 6.5. Piso ceramico Extra antiderrapante PEI-5 c/Argamassa 1:4/2cm:

Assim como o item anterior, este também constou do Contrato n. 041/2028, formalizado com o Município de Capivari de Baixo, com valor de R\$ 41,64.

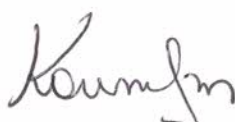
Além disto, a PROSUD executou contrato com a Fundação Municipal de Saúde de Tubarão (Contrato n. 10/2019; Tomada de Preços n. 01/2019), em que o item foi cotado no valor de R\$ 41,08

Comparando-se igualmente com o valor referente a esta licitação, R\$ 56,94, verifica-se que o preço unitário em questão se mostra exequível.

(xiv) 6.7. Pavimentacao c/ briquete e=8,0cm:

Tomando-se por base a tabela SINAPI, com referência a fevereiro de 2020, o valor unitário para este item é de R\$ 49,83, de modo que, computando-se o BDI da proposta, o valor seria de R\$ 62,29.

O valor da proposta comercial da PROSUD para esta licitação foi de R\$ 69,20. Com efeito, assim como ocorreu em relação aos demais itens, se há demonstração de



que em outros contratos e/ou base de preços há valor menor, tem-se clara prova de que o preço da proposta é exequível.

(xv) 7.2. Grades de ferro p/ fechamento lateral (muros); 7.3. Grades de ferro p/ fechamento lateral (áreas internas):

As grades de ferro constavam no objeto do Contrato n. 10/2019 (Tomada de Preços n. 01/2019), formalizado com a Fundação Municipal de Educação de Tubarão, em que foi fixado o preço de R\$ 242,51. Tal valor é inferior ao da proposta da PROSUD neste certame (R\$ 270,90). Assim, tendo sido executado item por valor inferior, não pode cogitar de inexequibilidade ou que os mesmos estão fora dos padrões de mercado.

(xvi) 7.5. Muro de alvenaria 15cm c/fund.em concr.rebocado e pint. (mureta interna); 7.6. Muro de alvenaria 15cm c/fund.em concr.rebocado e pint.:

A exequibilidade do item referente ao muro já foi objeto de abordagem quando das contrarrazões ao recurso formulado pela licitante Estruturar Construção Civil Ltda.

Consta tal item do Contrato n. 041/2018 (Tomada de Preços 01/2028) do Município de Capivari, cujo objeto era a reforma de unidade de saúde. A PROSUD, à época sob denominação de KM Indústria de Esquadrias Metálicas Eireli, executou o objeto contratado de modo regular, sendo que o custo unitário total foi de R\$ 208,83, evidenciando que o valor ofertado neste certame, de R\$ 224,32, é completamente compatível com o valor de mercado.

A partir das considerações acima e da prova documental que acompanha a presente manifestação, pode-se afirmar que restou demonstrada a correção da proposta apresentada pela PROSUD.

Contudo, caso esta CPL entenda por necessário, a PROSUD poderá apresentar manifestação complementar, dentro de tempo razoável, para atender eventual parâmetro ou providência que se tenha, neste momento, por necessária.



Além disto, a PROSUD, na linha do que já decidiu o próprio Tribunal de Contas da União, reafirma e ao final requer seja oportunizado a correção de eventual erro material/omissão na planilha de custos, mantendo-se o valor global da proposta.

4. REQUERIMENTOS

Em face do exposto e com as ressalvas constantes do item 1, requer-se:

- a) Seja recebida a presente manifestação;
- b) O acolhimento das alegações constantes desta manifestação, com a reafirmação da regularidade/exequibilidade da proposta apresentada pela PROSUD;
- c) Seja oportunizado à PROSUD apresentar manifestação complementar, caso a CPL entenda que a demonstração deva observar determinado parâmetro ou haja a necessidade de providência complementar;
- d) Seja garantido o direito da PROSUD de efetuar a correção da proposta, caso esta Comissão entenda como necessário, consoante entendimento da jurisprudência da Corte Federal de Contas, mantendo-se, por certo, o valor global para o objeto de R\$ 2.011.000,00.

Tubarão (SC), 23 de abril de 2020


KARINE JEREMIAS MENEGAZ

CPF: 055.878.729-04